

CELEIRO DE CULTURA E MEMÓRIA: UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS

*Nailda Marinho
Fátima Bitencourt David
Luzia Lima Seguro
Marilene de Souza Dias*

CELEIRO DE CULTURA E MEMÓRIA: UM INSTITUTO DE EDUCAÇÃO EM DUQUE DE CAXIAS

Celeiro de cultura e memória: um instituto de educação em duque de caxias

O presente capítulo é um dos produtos do projeto intitulado *Entre a Memória, a História e a Pesquisa: Possibilidades de um Novo Fazer na Formação Docente*.¹ Como parte das atividades do Eixo *Memória, educação e identidade* temos como objetivo a valorização das memórias escolares da comunidade e, em particular, dos professores do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, instituição de formação de professores, localizada no bairro Jardim 25 de Agosto do município de Duque de Caxias do estado do Rio de Janeiro.²

O texto se encontra dividido em sete seções onde apresentamos nas duas primeiras um breve histórico do município e do bairro onde se localiza o IEGRS, e nossos parceiros: o Instituto Histórico do Instituto de Educação (IHIE) e o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED), entendidos como “lugares de memória”. Nas seções seguintes tratamos do surgimento do Instituto de Educação na década de 1960 no cenário caxiense

1 Projeto contemplado pelo Edital E-16/2011 do PROGRAMA *Apoio à Melhoria do Ensino em Escolas Públicas Sediadas no Estado do Rio de Janeiro* da FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro. O Projeto foi desenvolvido a partir de três Eixos temáticos: (a) Memória e Patrimônio Cultural e Artístico; (b) Memória e Preservação da Vida; e (c) Memória, Educação e Identidade (Bonato, 2013). Para saber mais sobre as atividades do Projeto ver, *Entre a memória, a história e a pesquisa: possibilidades de um novo fazer na formação docente. Relatório científico*. Rio de Janeiro: Faperj; Unirio, 2013.

2 Na Unirio o Projeto se vinculou ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História da Educação Brasileira do Programa de Pós-Graduação em Educação. No âmbito do Instituto de Educação, se articulou especialmente, mas não exclusivamente, aos objetivos da disciplina *Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa* componente curricular do Curso Normal; e contou com a parceria do Instituto Histórico (IHIE) e do Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense (CEPEMHED), criado e gerido por professoras das escolas públicas caxienses, com o apoio do Sindicato docente (Sepe), vinculado à Prefeitura de duque de Caxias.

entendido como “celeiro de cultura”; das primeiras turmas de normalistas e da formatura; discutimos o Instituto como polo de resistência na manutenção da oferta do Ensino Médio, modalidade Curso Normal e a trajetória do CFPEN – Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal criado no Instituto de Educação em nível Superior; e por fim apresentamos o Instituto de Educação e o seu curso Normal médio no município de Duque de Caxias atualmente.

O CENÁRIO: O MUNICÍPIO, O BAIRRO, O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

Após a instauração do regime civil militar em 1964, o município de Duque de Caxias será considerado “Área de Segurança Nacional” durante os anos de 1971 a 1985 devido, especialmente, à presença da REDUC – Refinaria de Duque de Caxias, em acordo com a Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968, sancionada pelo Presidente da República Arthur da Costa e Silva. Esta mesma Lei decretou a suspensão das eleições municipais, e passou a ter os seus governantes ser nomeados pelos Interventores Federais no Estado. Com a abertura política no país, em 15 de novembro de 1985, o município recupera sua autonomia, podendo escolher o seu Prefeito por meio do voto.

Neste contexto turbulento a Educação e a escolarização também foram objetos de intervenção. Nessa década de 1960, vigorava a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 4.024, instituída em dezembro de 1961. É No contexto irá surgir em 1962 no estado do Rio de Janeiro, mais especificamente, no cenário do município de Duque de Caxias, sendo reconhecido no hino da instituição como um “grande celeiro de cultura” - o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – IEGRS, instituição educativa da esfera estadual que irá exercer importante papel na formação de professores daquele município localizado na região da Baixada Fluminense.

Compondo a periferia da cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense atualmente reúne 13 municípios.³ Deve-se registrar que, entre nós, qualificar uma região como periférica diz respeito não só à sua localização geográfica, mas também, ao nível socioeconômico de boa parte de seus moradores, às condições em que chegam os serviços públicos como água, luz, esgoto, dentre outros aspectos.

O primeiro prefeito eleito por voto popular após a criação do município, em 1943, foi Gastão Glicério de Gouvêa Reis. Nessa década, sua população, que em grande parte vinda da região nordeste do país, já ultrapassava o número de 100 mil habitantes⁴ e a cidade já apresentava características de "cidade dormitório", pela qual ficou por muito tempo conhecida já que majoritariamente sua população em idade produtiva buscava trabalho na capital do então Distrito Federal, Rio de Janeiro. A cidade também ficou conhecida pela violência que nela imperou ao longo de sua história social e política.

As condições de moradia eram precárias, as famílias compravam lotes para moradia localizados em mangues ou pântanos, onde construíam suas casas. “Nestas condições insalubres doenças como a cólera e a malária proliferavam entre a população local” (Prevot, Martins, Barros, Costa, 2014, p.4). A construção da Refinaria Duque de Caxias (REDUC) no final da década, marca o início do processo de industrialização da região promovendo mudanças na realidade sócio-econômica atingindo o bairro Jardim 25 de Agosto. Antonio Augusto Braz (2006), descreve o processo de transformação urbana que esse do município a partir da década de 1950, indicando o local onde viria ser instalado o Instituto de Educação na década seguinte. Ele relata que:

3 Os municípios são: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti, Seropédica e Mesquita.

4 Cf. Portal da Prefeitura de Duque de Caxias http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=135&Itemid=216

No centro da sede municipal do distrito de Caxias, o bairro 25 de Agosto veio se configurar a partir da década de 50, no mais equipado e servido de benefícios urbanos da cidade, abrigando a parcela abastada da população duque-caxiense que encontrava em sua área calçada, saneada e planejada, o assentamento que aspiravam a partir de sua ascensão social (BRAZ, 2006, p.96)

Tal era o investimento no bairro Jardim 25 de Agosto que em 1958, a Prefeitura de Duque de Caxias se mudou para lá e este foi cogitado⁵ para abrigar o majestoso prédio para a formação de professores/as em Duque de Caxias. Em 1960, a maioria da população da Baixada Fluminense morava em bairros populares e em favelas “excetuando os residentes dos bairros destinados ao extrato médio da população, como o 25 de Agosto, em Duque de Caxias”, afirma Pierre Alves Costa (2009, p.177). Apenas 4% das residências de Duque de Caxias, possuíam água encanada; inexistindo na maioria da região uma rede de esgotos.

Com base nos dados da Agência de Estatística do Município de Duque de Caxias sobre educação e escolarização, Pierre Alves Costa informa que no ano de 1957 havia cerca de 10 mil crianças fora da escola (COSTA, 2009 p. 180)

Em relação à escolarização os dados do recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] (IBGE) de 1950 apontam que das 20.152 crianças de 5 a 14 anos, apenas 7.761 sabiam ler e escrever. Dos 92.459 habitantes, cerca de 14.048 homens e 17.741 mulheres eram analfabetos” (Souza, 2003, p.45). Ainda de acordo com essa autora, a maioria das escolas públicas de Duque de Caxias na década de 1950 funcionava em prédios alugados, sem infraestrutura adequada e com insuficiência de equipamentos e de materiais escolares, tendo em vista a demanda existente. Os professores, em sua maioria, possuíam apenas o curso primário, sendo que poucos

5 Cf. http://www.cmdc.rj.gov.br/?page_id=4

tinham o curso ginásial completo. Todos eles ingressavam nas escolas públicas por indicação dos Governos Municipal ou Estadual, em consonância com as práticas clientelistas que dominavam a cultura política local (Souza, 2003, p.45).

Os problemas de infraestrutura e saneamento básico da região, entre outros, perduram. Se na década de 1960 quando se cria o Instituto de Educação a situação era acima exposta, embora se destacando em melhores condições alguns poucos bairros como o Jardim 25 de Agosto, o “Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros”, de 2003, do IBGE, aponta que 53,53% da população de Duque de Caxias vivia na pobreza.⁶ Ainda de acordo com os dados do Censo de 2010 desse Instituto, Duque de Caxias figura como o município mais populoso da região da Baixada Fluminense, com 855.048 mil habitantes, sendo parte predominante dessa população composta por pessoas do sexo feminino, negras, com renda familiar de até dois salários mínimos, como afirmam Prevot, Martins, Barros, e Costa (2014, p.3), embora o município possuísse o segundo maior PIB do Rio de Janeiro e o oitavo do país.

Apresença no município do maior aterro sanitário da América Latina: o de Jardim Gramacho, até junho de 2012 quando foi desativado, era um grave problema para a saúde da população, ainda que, paradoxalmente, se constituísse como meio de subsistência de grande número de famílias de catadores.⁷

6 Em 2014 a população de Duque de Caxias já contava 878.402. Cf <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330170&search=rio-de-janeiro|duque-de-caxias>. Alexandre Aguiar Cardoso é o atual prefeito eleito do município de Duque de Caxias (de 1º de janeiro de 2013 a Atual)

7 O Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG), bairro situado no 1º Distrito do município foi instalado a partir de um convênio firmado em 1976 entre a FUNDREM – Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a COMLURB – Companhia Municipal de Limpeza Urbana e a Prefeitura Municipal de Nilópolis. Com termos aditivos ao convênio foram incluídos os municípios de Nova Iguaçu e São João de Meriti. (Bonato, 2013)

Daí a relevância de se estudar os processos por meio dos quais se deu a criação e desenvolvimento do IEGRS, uma instituição educativa de formação de professores, representativa do processo de desenvolvimento da cidade de Duque de Caxias e do bairro Jardim 25 de Agosto onde se localiza; Instituto de Educação que mantém até os dias atuais essa formação em nível médio. Consideramos que a trajetória do IEGRS pode ser reveladora da própria história da região, expressando suas dificuldades e conquistas, assim como as desigualdades que a marcam, tanto externamente, em relação ao estado do Rio de Janeiro, quanto em seu próprio interior.

O Curso Normal do IEGRS não foi o primeiro a ser criado em Duque de Caxias. Porém, sua instalação no bairro Jardim 25 de Agosto, de certa forma democratizou e renovou o cenário educacional da cidade e do bairro, sendo este último favorecido pelas reformas urbanas que vinha sofrendo, como vimos.

Em 1956, a primeira turma de normalistas do Colégio Santo Antônio concluía o curso, “*O jornal Tópico*” afirmava que as professoras com qualificação preferiam lecionar no Distrito Federal, já que lá as condições de trabalho e de salário eram melhores” (Souza, 2003, p.45). Como vimos, a população de Duque de Caxias procurava melhores oportunidades de emprego no Distrito Federal, e com a categoria de professores/as isso não seria diferente.

Porém, a afirmação também destaca a força simbólica que o Instituto de Educação do bairro da Tijuca, localizado no Distrito Federal, exercia sobre o imaginário da época. Isso podia servir, tanto para desqualificar as instituições dos bairros periféricos, quando para mobilizar estratégias de legitimação e, até mesmo, de monumentalização dos demais Institutos de Educação, transformando-os em *lugares de memória*, como demonstraremos a seguir.

ACERVOS E FONTES: LUGARES DE MEMÓRIA

As atividades de pesquisa do Projeto MEHPE sobre a trajetória histórica do Instituto de Educação de Caxias e de seu curso de formação de professores visou contribuir para um trabalho já existente realizado por parte de seus professores no interior da Instituição de pesquisa e preservação de sua memória. Por iniciativa de alguns professores, especialmente os da disciplina *Prática pedagógica e Iniciação à pesquisa*, desde o ano de 2004, algumas experiências de trabalho e de pesquisa vem sendo realizadas como o garimpo a arquivos, a tomada de depoimentos orais e o recolhimento de imagens fotográficas cedidas por ex-alunos, professores, pessoas direta ou indiretamente envolvidas com essa instituição escolar. Isso tem oportunizado que os demais professores e professoras, alunas e alunos, entrem em contato com o que “traduz” a vida da instituição.

Alguns projetos foram desenvolvidos no sentido de (re)lembrar a trajetória do Instituto, favorecendo a apresentação de trabalhos em diversos eventos. Esse esforço coletivo resultou na constituição intencional de um pequeno acervo inaugurado em 2006, em um espaço de memória denominado “Instituto Histórico – IH”. Como observou Xavier (2008, p.167), as práticas de preservação da memória, em suas variadas formas de materialização, revelam aquilo que os indivíduos e os grupos desejam reter como informação essencial de seu passado num tempo presente vivenciado.

Com Sede Administrativa localizada no bairro São Bento e com Sala de Arquivo e Tratamento nas instalações do IEGRS, o CEPEMHED foi criado a partir da mobilização e reivindicação dos professores da rede pública de ensino de Duque de Caxias, entendendo a necessidade de se criar um espaço público com vista a garantir a preservação e guarda das fontes que referenciam as memórias e a História da Educação do município e da Baixada Fluminense.

Os profissionais da educação da rede municipal de Duque de Caxias incluíram, na pauta das negociações da data-base de 2004, a proposta de criação de um Centro de Pesquisa e Memória da Educação. Dois anos após é criado pelo Decreto nº 4.805, de 23 de dezembro de 2005, o CEPEMHed no âmbito da Secretaria Municipal de Educação. Em 07 de novembro de 2008 é sancionada a Lei nº 2.223, transformando o Decreto em Lei Municipal e instituindo, também no âmbito da SME, o Arquivo Público Municipal. O objetivo primeiro do Centro⁸ era a recuperação da memória e preservação do espaço arquitetônico e dos acervos documental, fotográfico, bibliográfico e museológico da Escola Regional de Merity, atual Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, primeira escola de caráter popular fundada por Armanda Alvaro Alberto⁹ em 1921.

Localizado no Instituto de Educação, o IH mantém em exposição permanente um acervo museológico e arquivístico sobre o Instituto de Educação com a curadoria do CEPEMHed, um centro de memória da educação caxiense. De acordo com uma de suas criadoras, este foi organizado, buscando-se preservar e dar maior visibilidade à memória da educação.

8 Atualmente a Diretoria Executiva do CEPEMHed é composta pelas professoras Fátima Bitencourt David, Luciana Alves Pires, Marcia Montilio Rufino, Marcia Spadetti Tuão e Renata Spadetti Tuão. Cf <http://www.centrodememoriadaeducacao.com.br/>

9 Filha de Maria Teixeira da Mota e do cientista Álvaro Alberto e Silva, Armanda Álvaro Alberto nasceu em 10 de junho de 1892, no Rio de Janeiro –RJ. Em 1921 funda a Escola Proletária de Meriti, em Duque de Caxias, mudando sua denominação para Escola Regional de Meiti, em 1924. Neste ano Armanda participa do movimento pela criação da ABE – Associação Brasileira de Educação e em 1935 funda a União Feminina do Brasil, sendo sua primeira Presidente. Esposa de Edgar Sussekind de Mendonça, assinam em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Falece em 5 de fevereiro de 1967. (SHUMAHER e BRAZIL, 2000). Quanto a escola por ela fundada ver o texto MIGNOT, Ana C. V. Decifrando o Recado do Nome: uma Escola em Busca de sua Identidade Pedagógica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.74, n.178, p.619-638, set./dez. 1993.

inicialmente por meio de relatos/narrativas orais e acervos pessoais de professores que escreveram sua trajetória profissional no magistério. Ao mesmo tempo que o incentivo à Pré-Iniciação Científica no Curso Normal/Ensino Médio, no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, (...), através da disciplina Práticas Pedagógicas e Iniciação à Pesquisa inaugura o acervo do Centro de Memória da Educação, com a investigação a partir do Arquivo Escolar das escolas públicas municipais e estaduais (David, 2013, p.71).

Pensando com Olga Rodrigues de Moraes von Simson (2003, p.16) sobre as *sociedades da memória* que existiram no passado, onde cabia aos mais velhos, devido a sua maior experiência e vivência, o importante papel social de guardiões da memória é que entrevistamos Dona Terezinha Ticon Maia de 82 anos, moradora do bairro Jardim 25 de Agosto há 57 anos e sua sua filha Dayse Ticon, ex aluna e hoje professora do Instituto. Se a memória de Dona Terezinha é povoada pela lembrança do lendário Deputado Tenório Cavalcanti, “O homem da capa preta”, que com sua metralhadora chamada “Lurdinha” nos anos de 1960 impunha entre os habitantes caxiense o seu poder de mando; 10 a memória de nossa entrevistada é também povoada pela construção da *igreja Nossa Senhora de Fátima e pela entrada de sua filha no Instituto de Educação como aluna do então pré-primário.*

10 Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque, conhecido apenas como Tenório Cavalcanti. Esse personagem já ocupou lugar na mídia através de novelas como “Senhora do Destino”, veiculada na Rede Globo de Televisão em 2009; e no filme “O Homem da Capa Preta”, lançado em 1987, que contava um pouco sobre a história de Tenório Cavalcanti na cidade de Duque de Caxias, sendo interpretado pelo ator José Wilker (falecido no ano de 2014). Seu primo Joaquim Tenório Cavalcante como Presidente da Câmara fica a frente do Executivo Municipal interinamente no período de 15 de janeiro de 1959 a 31 de janeiro de 1959); retornando como Prefeito eleito no período de 31 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967.

A Igreja Nossa Senhora de Fátima é bastante significativa para a comunidade do bairro e do município. É nessa igreja que irá se realizar uma missa em ação de graças pela passagem do aniversário de 50 anos do Instituto. Consta no seu Blog11

No dia 12 de junho de 1962 foi criado o Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Em seus 50 anos de contribuição com a Educação, o Instituto formou professores e cidadãos que começaram sua história aqui. Muitos entraram no **Jardim de Infância** (atual Educação Infantil sob responsabilidade do Município) e só saíram daqui após completar o **nível universitário (Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal – CFPEN)** – posteriormente reconhecido como Curso de Pedagogia e incorporado à UERJ. (Grifos nossos)

O IEGRS comemorou de várias formas o seu Jubileu em 2012. Além da missa, *com o apoio do CEPHEMED* foi montada uma exposição por alunos/as e professores/as intitulada” IEGRS – Grande celeiro de cultura...” A Exposição foi assim anunciada no mesmo Blog:

Em meio século de existência, o Instituto fez história e os alunos se dedicaram a contá-la nos corredores. Cartazes, banners, murais, varais de cordel, linha do tempo, apresentações, e várias outras formas possíveis foram explorados para narrar os fatos históricos importantes acontecidos nos últimos 50 anos. Os temas dos trabalhos foram divididos por décadas. Os três turnos contribuíram para a exposição. A equipe de professoras da CEPEMHED (Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação)

também contribuiu e trabalhou para o sucesso da exposição no Jubileu do IEGRS.

Organizada por décadas a exposição ilustra o trabalho da comunidade escolar e a importância dada por ela ao aniversário dessa instituição representativa da história das instituições escolares, da educação caxiense e da formação de professores para o magistério pré-primário e primário (hoje Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental) naquele município.

UM “CELEIRO DE CULTURA” NO CENÁRIO CAXIENSE: O IEGRS

O título da exposição a que nos referimos anteriormente nos remete à letra da “Marcha do IEGRS” que tem como refrão “Roberto Silveira, grande celeiro de cultura”. Vejamos abaixo:

Marchemos com luta e sacrifício na conquista de um
ideal
Ideal do povo caxiense de cultura, amor e devoção.
Para o ensino da arte e civismo fixando acentuada atenção
Surgiu sereno e pomposo Instituto de Educação
Roberto Silveira, **grande celeiro de cultura.**
Elevando esta terra altaneira de gigantes e jovens valentes
Roberto Silveira, **grande celeiro de cultura.**
Elevando esta terra altaneira de gigantes e jovens valentes
Na vasta área sólida e densa majestoso
E vibrante
Empolgando forças e dever,
Educandos avante, avante.
Dos mestres educar e instruir,
Alunos amigos leais.
De guisa a própria, irmãos.
Imperando os seus ideais.

A letra é de Álvaro Lopes e música de Marina Lessa. É um *hino* dedicado ao Governador do estado do Rio de Janeiro

Roberto Teixeira da Silveira.¹² Álvaro Lopes¹³ foi o primeiro diretor e Marina Lessa professora do Instituto.

O IEGRS surge no cenário caxiense pelo decreto nº 8.272, de 12 de junho de 1962, expedido pelo governador do Estado do Rio de Janeiro, Celso Peçanha, sendo designado para sua direção o professor Álvaro Lopes, em 19 de dezembro do mesmo ano, pela Secretaria de Educação e Cultura do estado federativo.

Criado como Instituto de Educação de Duque de Caxias, em 1963 recebe a denominação de Instituto de Educação Roberto Silveira, e em seguida, a de Instituto de Educação Governador Roberto Silveira em homenagem ao governador falecido em 1961. Inicialmente essa instituição educativa de formação de professores ocupou provisoriamente o prédio da Escola Abraham Lincoln, uma unidade de ensino fundada por iniciativa da Associação Espírita Cairbar Schutel. As instalações dessa Escola foram cedidas ao Estado, entre abril de 1963 e junho de 1964, para abrigar o Instituto. Mas é somente no segundo semestre de 1964, que se instala em prédio próprio à rua General Mitre, 587 no bairro Jardim 25 de Agosto, onde permanece até os dias atuais.

12 Roberto Teixeira da Silveira (1923-1961) exerceu mandato de governador do estado do Rio de Janeiro no período de 31 de janeiro de 1959 a 28 de fevereiro de 1961, ano em que faleceu devido a um desastre de helicóptero quando sobrevoava as inundações das regiões serranas, mais especificamente no município de Petrópolis.

13 Faleceu no mês de abril de 2015.



1963. Dia da inauguração do atual prédio do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Coleção Álvaro Lopes

Imagem 1 – Dia de inauguração do prédio do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em 1963. Coleção Álvaro Lopes. Acervo CEPEMHed.

Sonia de Castro Lopes (2006) assim se expressa ao lembrar do “majestoso prédio” do Instituto de Educação do Rio de Janeiro.¹⁴

O prédio majestoso da rua Mariz e Barros [bairro da Tijuca] é tema recorrente do meu presente e do meu passado. Evoca lembranças muito antigas, datadas do início dos anos de 1960, quando do interior do bonde eu voltava o olhar, extasiada, diante da beleza e grandiosidade daquele monumento. (LOPES, 2006, p.19)

Assim, como a professora Sonia Lopes, a professora Marinette Machado¹⁵ em suas memórias de ex-aluna normalista do Instituto de Caxias na mesma década de 1960, lembra do majestoso prédio do Instituto de Educação, bem equipado com salas para as aulas teóricas e práticas, laboratórios de ensino,

14 Hoje ISERJ – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro.

15 Professora aposentada e ex-aluna da primeira turma Monteiro Lobato (1967) a se formar no curso Normal do Instituto.

entre outros espaços pedagógicos. Como se pode ver na foto, o prédio chama atenção por sua arquitetura monumental.



1963. Fachada do atual prédio do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira. Coleção Álvaro Lopes

Imagem 2 – Fachada do prédio do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, em 1963. Coleção Álvaro Lopes. Acervo CEPEMHED

Assim como as “jovens normalistas” do Instituto do Rio de Janeiro (estado da Guanabara) que Lopes “fitava com um misto de inveja e admiração” (2006, p.19) “orgulhosas em seus uniformes, coalhavam a calçada”, as alunas do Instituto de Educação de Duque de Caxias, vestidas de azul-marinho e branco com suas gravatas borboletas, estrelinha na camisa escolar e suas bolsas pesadas, deslizavam pela principal via do bairro. Elas vinham descendo, por volta das 12h50 minutos, a Avenida Brigadeiro Lima e Silva e subindo em direção a atual Praça Roberto Silveira, localizada no centro por volta das 18h, encantando os moradores e favorecendo o reconhecimento do bairro jardim 25 de Agosto como moderno e civilizado.

Em 1965, ainda sob a direção do professor Álvaro Lopes, se estruturou a implantação do pré-primário e primário se consolidando o curso Normal para formação de professores para esse nível de ensino. Dessa forma, existiam para as alunas

normalistas¹⁶ aulas práticas observadas e avaliadas pelos professores/as no próprio Instituto.

Assim como os prefeitos só voltaram a ser eleitos pela população em 1985, até 1983 o cargo de diretor do Instituto de Educação era ocupado por nomeação pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro se convertendo, muitas vezes, em alvo de disputas acirradas entre lideranças políticas. O fato é que desde sua criação, uma prioridade das famílias caxienses era (e ainda é) matricular seus filhos no Instituto de Educação. Recorria-se à influência de amigos e de políticos para se conseguir uma vaga. Para Dona Terezinha, nossa entrevistada, ***parte dos alunos do Instituto era privilegiada, cujos pais exerciam algum tipo de influência ou conhecimento político no município, pois a*** “admissão ao colégio [IEGRS] era por avaliação escrita e reprovava muita gente”, diz. Entretanto, esses fatores não impediram que sua filha estudasse no Instituto. Orgulhosa, ela nos apresentou a foto da hoje professora do Instituto, Dayse Ticon Maia, com 5 anos de idade no *pré-primário* em 1965.

O Instituto de Caxias ainda se destacaria por capacitar professores leigos em exercício no período das férias escolares. Em 1966, em convênio com o Departamento Nacional de Educação e Cultura do então Ministério de Educação e Cultura, o “Curso de Treinamento de Professores Leigos” atendeu em torno de cem professores que atuavam há vários anos nas escolas públicas e privadas da Baixada Fluminense. É ainda neste ano que o Instituto iniciará as aulas do seu Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN) em nível superior do qual falaremos em seção específica.

O Instituto também surgirá como pioneiro no atendimento de alunos/as com Necessidades Educativas Especiais no município de Duque de Caxias e consequentemente no estado do Rio de Janeiro. No final da década de 1970 a Educação Especial foi criada como classe de oportunidades

16 Usamos no feminino porque havia apenas um aluno normalista.

para atendimento a alunos/as com grande índice de repetência, estendendo-se, posteriormente, às crianças da comunidade com deficiências auditiva, mental e física (paralisia cerebral – PC). Na década seguinte foi criada a primeira Sala de Recursos da rede estadual de ensino¹⁷, se configurando como mais um espaço de estágio para os/as normalistas.

A PRIMEIRA TURMA DE NORMALISTA E A FORMATURA...

A representação da instituição como de excelência é expressa nas palavras de Marinette, que foi aluna normalista da primeira turma, sua “amada turma”, conforme se referiu.

A credibilidade do IEGRS era tão grande que erámos convidados para vários eventos. As expectativas de todos eram muito grandes principalmente para os Desfiles Cívicos Escolares, os bailes aos domingos (domingueiras) para angariar dinheiro para a formatura, as Festas Juninas, as Danças Folclóricas.... Que alegria, que prazer.¹⁸

Em 1967 se formam 99 normalistas das três primeiras turmas do Curso Normal do Instituto, com o nome de Monteiro Lobato em homenagem ao escritor do Sítio do Pica Pau Amarelo.

17 Como um dos resultados do Projeto foi elaborado o trabalho intitulado “Educação Especial no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira: passado e presente” pelas alunas do curso de Licenciatura em Pedagogia da Unirio Maraisa Lopes Silva (bolsista IC-Faperj) e Melanie Cristine de Abreu, apresentado na disciplina Educação Especial do curso de Pedagogia da Unirio, e no Instituto de Educação.

18 Em palestra intitulada “Memórias da minha docência”, proferida em 2012 no IEGRS.



Imagem 4 – Alunas de uma das turmas de formandas: *Turma Monteiro Lobato*.

Entre as formandas de 1967 havia apenas um aluno normalista, confirmando uma característica do curso Normal de ser destinado majoritariamente às mulheres. Guacira Lopes Louro no artigo “Mulheres na sala de aula” discute a educação das mulheres tendo em vista o processo de feminização do magistério primário no Brasil desde o século XIX - com a construção da representação da professora como *mãe espiritual*, até a construção da representação da *tia* no século XX.

Na seção “O magistério transforma-se em *trabalho de mulher*”, Louro traça um panorama significativo que, ao longo do tempo, contribuiu para levar o magistério primário a ser privilegiado como um local de trabalho próprio às mulheres. Diz a autora que ao serem criadas as escolas normais no século XIX, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar (LOURO, 2006, p.448). O fato é que aos poucos, as mulheres foram sendo identificadas como as mais adequadas para o magistério primário, o que ocorreu não sem embates e críticas.

Inicialmente prevaleceram os que faziam da professora a representação da “mãe espiritual” por isso vocacionada para profissão do magistério primário. Isso serviu também para

justificar, entre outros motivos, a saída dos homens da sala de aula para ocupar profissões mais rentosas. Com o processo de urbanização e industrialização do século XIX que ampliava as oportunidades de trabalhos “os homens estavam abandonando a sala de aula” (LOURO, 2006, p.449); movimento também observado em outros países. Essa representação sobre a professora primária “legitimava a entrada das mulheres nas escolas – ansiosas para ampliar seu universo -, restrito ao lar e à igreja” (2006, p.450). O fato é que as “escolas normais se enchem de moças” afirma Louro (p.454).

O aumento do número de mulheres no magistério primário se constituiu uma preocupação para o movimento de mulheres organizado já nas primeiras décadas do século XX. No que se refere a questão salarial, na Primeira Conferência pelo Progresso Feminino organizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade presidida por Bertha Lutz,¹⁹ ocorrida no Rio de Janeiro em 1922, uma questão em debate se colocava: o aumentado número de mulheres em sala de aula não estaria acarretando a baixa do salário desse ramo profissional? Se de fato isso acontecia, de acordo com as congressistas, era algo que precisava ser combatido.

Por volta das décadas de 1960-1970 a professora vira a “tia” retirando novamente a figura da profissional do magistério e mantendo a profissão como própria do sexo feminino. Como podemos visualizar a esquerda da imagem há um único aluno nas primeiras turmas a se formar no Instituto de Caxias em 1967.

19 Pioneira das lutas feministas no Brasil, Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976) era filha do cientista Adolfo Lutz e da enfermeira inglesa Amy Fowler (Bonato, 2005).



Imagem – 5 Formandos de 1967 fazendo o juramento. A esquerda da imagem visualiza-se o único aluno formando. Acervo privado pessoal de Marinette Machado

Em 1969 as formandas da turma Monteiro Lobato, ou seja, da primeira turma, ingressaram na rede pública do estado do Rio de Janeiro por meio de Concurso Público, incluindo Marinette, segundo ela “demonstrando o ensino de boa qualidade que sempre foi oferecido por essa Instituição.” No Instituto de Educação do Rio de Janeiro, 1969 seria o último ano em que as normalistas oriundas das escolas normais oficiais tiveram acesso imediato ao quadro de professores da rede pública do estado da Guanabara, sem concurso, depois de formadas, de acordo com os procedimentos em uso (LOPES, 2006).

O INSTITUTO COMO POLO DE RESISTÊNCIA NA OFERTA DO CURSO NORMAL

Observando a sua trajetória e tendo em vista as sucessivas leis às quais foi submetido o curso de formação de professores, consideramos que o Instituto de Educação de Caxias se constituiu um polo de resistência na manumentação da oferta dessa formação em nível de Ensino Médio, modalidade Curso Normal.

A Lei da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, determinou que orientadores, supervisores, administradores, planejadores, inspetores, enfim especialistas da educação, teriam sua formação somente em cursos superiores de graduação. Para o magistério do primeiro segmento do primeiro grau, a mesma Lei determinou a formação apenas em nível médio. Essa lei transformou o curso Normal em Curso de Formação de Professores de 1ª a 4ª série do 1º grau. Assim, a formação do magistério acabou se tornando mais um curso profissionalizante, sendo incorporado às demais habilitações oferecidas no 2º grau”, conforme observou Lopes (2006, p.21). 20

Fazemos nosas as palavras de Angela Maria de Souza Martins, em palestra proferida em 2012 como parte das atividades vinculadas ao projeto em tela, realizada no Instituto de Educação de Caxias e versando sobre a formação, as condições de trabalho e a (des)valorização da profissão docente. Ela observa que

Entre 1960 e 1969, o Curso Normal sofreu uma grande expansão, aumentou em 262% o número de alunos matriculados. Entre 1965 e 1967, a oferta de professores era de 138.000 e a demanda era de 32.000; entre 1968 e 1970, a oferta era de 225.000 e a demanda de 35.000. Estes números demonstram que milhares de professores não tinham postos de trabalhos suficientes para exercer a sua profissão.

A partir de 1970, as palavras de ordem eram expandir, crescer e desenvolver, não havia uma preocupação efetiva na elevação de qualidade da formação do professor.

20 O disposto legal alterou a denominação dos ensinos primário e secundário da Lei 4.024/61 para primeiro grau (1º segmento – 1ª a 4ª séries e 2º segmento – 5ª a 8ª séries); segundo grau formação geral; curso profissionalizante. Posteriormente, a Lei de nº 7.044/82 altera os dispositivos da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 e retira a obrigatoriedade da habilitação profissional no ensino de 2º grau.

Com a promulgação da Lei 5692/71, a Escola Normal transformou-se numa escola profissionalizante. O professor deveria se transformar num técnico de nível de 2º Grau (atual Ensino Médio) e cumprir com eficiência e racionalidade a tarefa de educar.

Ao longo da década de 1980, por meio de movimentos docentes tentou-se a mudança desse cenário, mas o curso para formação de professores enfrentou uma forte desvalorização.²¹

A promulgação da LDBEN nº 9.394 em 1996 alterou os níveis e modalidades de educação e ensino. A educação escolar ficou dividida em dois níveis: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental (antes 1º grau) e ensino médio (antes 2º grau e profissionalizante); e II - educação superior. Quando aos profissionais da educação o seu artigo 62 estipula que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal (BRASIL, 1996)²²

21 A palestra teve entre outros o objetivo “resgatar, segundo a perspectiva da história cultural, o *ethos educativo* da formação do professor e as concepções da profissão docente”, trazendo nesse contexto um pouco da história do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Sua tese de Doutorado intitulada **Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico/cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro** foi defendida em 1996 na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

22 Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

A lei 9.394/96 modificou a nomenclatura de 1º e 2º graus e profissionalizante da lei 5.692/71 para Ensino Fundamental e Ensino Médio, ficando o curso de formação de professores classificado como de ensino médio na modalidade Normal. Embora essa lei da educação também dê preferência para que a formação para o magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental ocorra em nível superior, isso não exclui a possibilidade de formação em nível médio na modalidade Normal como o disposto no artigo 62.

Entretanto, o decreto nº 3.276, de 6 de dezembro de 1999, que “Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica,” em seu artigo 3º, estipula em seu” § 2º que a formação em nível superior de professores para a atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, far-se-á, exclusivamente em cursos normais superiores”²³. Essa redação é alterada pelo Decreto nº 3.554, de 2000. Por esse Decreto o termo “exclusivamente” que consta na redação anterior foi alterado para “preferencialmente”.²⁴

Ainda no campo da legislação educacional, uma nova redação dada ao artigo 62 da Lei 9.394/96 pela Lei nº 12.796, de 2013, não altera essa condição, embora altere o número de anos em que deve ocorrer o ensino fundamental²⁵. No artigo nº 62 se mantém “(...) como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal”²⁶. Desta forma, o Instituto de Educação do município de Duque de Caxias vem mantendo a oferta desse curso em nível médio na modalidade Normal.

23 Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3276.htm

24 Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3554.htm#art1

25 Antes instituído em oito séries, o ensino fundamental passa para ser ofertado em nove anos.

26 Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1

O Instituto de Educação manteve ainda por vários anos um Curso Superior de Formação de Professores para o Ensino Normal, é dele que falaremos a seguir.

UM CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO NORMAL EM NÍVEL SUPERIOR NO IERGS

A LDBEN nº 4.024/61 tratava dos três segmentos de ensino: primário, secundário e superior e em seu artigo 59 determinava que “A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica”; e em seu parágrafo único estipulava que “Nos institutos de educação poderão funcionar cursos de formação de professores para o ensino normal, dentro das normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das faculdades de filosofia, ciências e letras”²⁷.

Como já destacamos, vivia o Brasil no final dos anos 1960 e na década de 1970 “Os anos mais severos do regime militar, com um forte *fechamento* político-institucional, repressão aos movimentos sociais e explícito controle sobre as atividades culturais, educacionais, políticas e religiosas” (LOURO, 2006, p.472). Essas mudanças afetariam também a legislação educacional chegando ao ensino superior com a promulgação da Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 que fixa as normas de organização e funcionamento desse nível de ensino e sua articulação com a escola média.

Sucessivos pareceres do Conselho Federal de Educação dão preferência para que seus cursos de formação de professores fossem, mantidos pelas Faculdades de Educação. Entretanto, neste momento, o Instituto de Educação caxiense oferecia um curso de formação de professores desse nível de superior.

27 Cf <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/108164/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61#art-59>. Os dispositivos foram revogados pela Lei da Educação nº 5.692, de 1971.

A semelhança do Instituto de Educação do Estado da Guanabara que pelo Decreto nº 381, de 02 de abril de 1965, regulado pela Portaria “F”-SED nº 26, de 20 de junho de 1965 do Conselho Estadual de Educação da Guanabara, cria o seu curso superior para Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN)²⁸, o Instituto de Educação de Duque de Caxias em 1966 inicia às aulas do seu curso superior de Formação de Professores para o Ensino Normal (CEPEN) funcionando em suas dependências. Sendo o primeiro curso superior de caráter público em Duque de Caxias é reconhecido como Curso de Pedagogia em 1970:

(...) oferecendo as habilitações Magistério das matérias Pedagógicas do 2º grau, Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar. No período de 1971 a 1981 funcionou como curso de Pedagogia, com professores concursados do Estado (MELO e LIMA, 2013, p.20).

Cabe lembrar que na década de 1970, mas precisamente em 1975, ocorre a fusão dos estado da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro²⁹, dessa maneira, conforme Melo e Lima (2013) a Universidade do Estado da Guanabara – UEG é absorvida pelo novo estado como UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, os diplomas expedidos pelo Curso de Pedagogia do Insituto de Educação por

28 Esse curso funcionou nas dependências do Instituto de Educação do Rio de Janeiro até 1976.

29 Com a proclamação da República em 1889, a cidade do Rio de Janeiro se transformou em Distrito Federal. O estado do Rio de Janeiro passa a ter como capital o município de Niterói. Em 1960, com a transferência da capital do país para Brasília, o Rio de Janeiro perde o status de Distrito Federal. A Lei complementar nº 20, de julho de 1974, sancionada pelo presidente Ernesto Geisel, em seu artigo 8º estabelece a fusão do Estado do Rio de Janeiro e do Estado da Guanabara em um só estado (FERREIRA, 1994) a partir de 15 de março de 1975, sob a denominação de Estado do Rio de Janeiro ficando a cidade do Rio de Janeiro como Capital do novo estado.

estar localizado no antigo estado do Rio de Janeiro, antes reconhecidos pela Universidade Federal Fluminense (UFF), localizada no município de Niterói – RJ, passam a ser expedidos pela UERJ, a partir de 1981, quando o curso é incorporado a esta Universidade.

Porém, essa incorporação não foi tranquila. Ao longo do tempo esse curso foi sendo ameaçado de extinção. Após intensa mobilização de parcela significativa da comunidade acadêmica em busca de reconhecimento, autonomia e estabilidade, com expressiva participação estudantil e apoio de entidades representativas de movimentos sociais, o curso de Pedagogia do Instituto é incorporado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 1981³⁰.

As constantes reivindicações garantem ainda, o reconhecimento do Curso como Unidade Universitária em 1988, ao criar a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), e a transferência para um espaço próprio no bairro da Vila São Luís do município de Duque de Caxias. (Projeto Memórias em Cartão, s.d – Acervo CEPEMHed).

O Instituto de Educação do Rio de Janeiro foi transformado em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) pelo Decreto nº 24.338, de 3 de junho de 1998 já como parte da Rede FAETEC – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro a qual o Instituto passou a integrar. O Parecer CEE 258, de 13 de outubro de 1998 credenciou esse Instituto, autorizando o funcionamento do seu Curso Normal Superior iniciado em 1999, sendo o primeiro curso de ensino superior da Fundação. Nesse processo, extinguiu o seu curso de formação de professores

30 Três autoras desse texto, foram alunas do Curso de Pedagogia do Instituto: Nailda, Luzia (1980-1983) e Marilene (1981-1984). Na oportunidade, o Estágio Supervisionado de magistério era realizado nas turmas do curso Normal do próprio Instituto. Elas participaram ativamente da história de luta para salvar o curso de Pedagogia da extinção. Embora funcionando nas instalações do Instituto, quando de suas formaturas o curso de Pedagogia já integrava a Faculdade de Educação da UERJ, sendo seus diplomas expedidos pela mesma.

em nível médio. Em 2009, o Curso Normal Superior se transformou em Curso de Pedagogia (LOPES 2006).

Ao contrário do Instituto do Rio de Janeiro, segue o Instituto de Caxias ofertando o curso de formação de professores em nível médio na modalidade normal, apesar da vigência da LDBEN 9.394/2006 que institui essa formação também como prerrogativa dos Cursos de Licenciatura em Pedagogia.

Os Institutos seguiram dois caminhos diferentes na formação de professores em nível médio e superior. Se o Instituto do Rio de Janeiro em sua trajetória mais recente ao consolidar essa formação em nível superior a extinguiu em nível médio; o Instituto de Caxias “perdeu” o seu curso superior que “ganhou” vida própria saindo de sua gerência passando para a UERJ com local próprio; porém o Instituto segue mantendo a formação de professores para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental em nível médio até os dias atuais.

O INSTITUTO E SEU CURSO NORMAL ATUALMENTE

Contando em 2013 com 1560 alunos/as, o Instituto é reconhecido como uma escola pública estadual que oferece o Ensino Fundamental a partir do 6º ano, Ensino Fundamental (Educação Especial), o Ensino Médio, modalidade Curso Normal e Ensino Médio Regular; e ainda a Educação de Pessoas Jovens e Adultas. Chama atenção as suas dimensões arquitetônicas, adequadas para atender um público escolar bastante numeroso.

Para atender essa estrutura pedagógica, o IEGRS sua estrutura arquitetônica é composta das seguintes dependências: 28 salas de aulas; Sala de Diretoria Geral; Salas de Diretoria (Geral e Adjunta); Sala de professores; Laboratórios de Informática e de Ciências; Sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE); Quadras de esportes; Cozinha; Biblioteca; Sala de leitura; Banheiros

com vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida; Banheiros para Professores; Sala de Coordenação; Sala de Orientação Pedagógica (SOP) e Educacional (SOE); Refeitório; Despensa; Almojarifado; Pátios coberto e descoberto; Área verde; Sala de Departamento de Pessoal; Auditório com capacidade para 300 pessoas, Sala de Estágio; Sala de Secretaria; espaço para exposição no pátio e o NTE (Núcleo de Tecnologias da Educação)³¹. Apesar de possuir um grande Auditório Professor Vilmar Bastos Furtado, próximo ao Instituto situa-se o Centro Esportivo Corrêa Meyer da Prefeitura, mais conhecido como Vila Olímpica de Duque de Caxias, cujo espaço é cedido para realização de festas e formatura da instituição escolar.

Quanto ao funcionamento do curso Normal, a resolução da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação - CEB n.2 de 19 de abril de 1999, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal, em seu art. 3º, § 4º, já apontava para “I – a possibilidade de cumprir a carga horária mínima em 3 (três anos), condicionada ao desenvolvimento do curso com jornada diária em tempo integral”³². Sob o aspecto legal, de acordo com o artigo 4º que regulamenta o Fundeb em relação ao tempo integral:

(...) considera-se educação básica em tempo integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares (BONATO, COELHO e MENEZES, 2008)

O currículo do Curso Normal em Nível Médio do Instituto totaliza 5.200h, seguindo a reorientação curricular

31 Cf. <http://www.escol.as/178834-ie-governador-roberto-silveira>,

32 Cf. <http://portal.mec.gov.br/>

publicada pela Secretaria de Educação por meio da Portaria SEEDUC/SUGEN Nº 91, de 29 de março de 2010, que estabelece normas e orienta quanto a implantação da matriz curricular do curso normal em nível médio; e o currículo mínimo de base nacional comum. Neste sentido, para alcançar esse número de horas, o curso é ofertado com uma jornada escolar com média de 7 horas diárias de estudo durante a semana, com atividades no espaço escolar e fora dele, caracterizando uma educação em tempo integral.

Tendo em vista o ordenamento legal e pedagógico que ampliou para tempo integral o funcionamento do curso Normal a ser realizado em apenas 3 (três) séries, o ano de 2012 seria o último no Instituto com turma de 4ª série funcionando apenas no turno da tarde. As atividades escolares internas estão distribuídas nos turnos da manhã e da tarde; a 1ª série com aulas todos os dias no turno da tarde e dois dias por semana no turno da manhã; as 2ª e 3ª séries com aulas todos os dias no turno da tarde e no turno da manhã três dias por semana, acrescidas das atividades extracurriculares.

Com a extinção da educação infantil no Instituto a Prática de Ensino do Curso Normal passou a se realizar em outras escolas da comunidade caxiense, principalmente nas escolas municipais, pois as turmas do primeiro segmento do Ensino Fundamental do IEGRS não atendiam a demanda de Estágio. E por fim, com a também extinção do primeiro segmento do Ensino Fundamental toda a prática de estágio supervisionado passou a se realizar em outras escolas públicas do município.

Realizamos em 2012 uma pesquisa de interesse profissional com os alunos e alunas das 3ª e 4ª séries do curso Normal. Dos 366 questionários distribuídos, foram respondidos 287; dos respondentes cerca de 90% são do sexo feminino, com idade entre 16 e 18 anos representando ainda hoje a prevalência de mulheres neste tipo de curso. Como resultados tivemos que a maior parte dos/as discentes escolheu o curso Normal no Instituto “pela oportunidade de

emprego” já que habilita para uma profissão, seguido de “por influência dos pais”; e pelo “curso ser reconhecido como bom”; entretanto 32 afirmaram que não tinham conhecimento sobre a área; como “outro motivo”, consta entre as respostas o desejo de usar o uniforme azul marinho e branco, gravata borboleta e estrelinha na gola da camisa. Atualmente esse uniforme é considerado de gala, sendo utilizado completo em atividades mais formais como na apresentação da “Marcha do IEGRS” pelo coral de alunos no Auditório do Instituto³³.

Por fim, a maior parte dos alunos e alunas respondentes (166) não quer continuar seus estudos na área do magistério, contra 121 alunos que desejam continuar nessa área profissional – o que não deixa de ser um número significativo considerando o total de participantes da pesquisa.

POR FIM...

Há mais de cinco décadas o Instituto faz parte do cenário e da memória coletiva da cidade de Duque de Caxias e povoa o imaginário não só de ex-alunos/as e professores/as, mais também da população caxiense. Consolidado num passado recente da história do país, o período da Ditadura Civil Militar, o Instituto é uma instituição educativa de âmbito estadual que ainda hoje é identificado como aquela que oferece um ensino de qualidade para formar professores e professoras em Ensino Médio, na modalidade Curso Normal para o exercício do magistério na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental no município de Duque de Caxias. Desta forma, considerando a sua trajetória, o Instituto se constitui parte do patrimônio histórico-educacional do bairro e do próprio município de Duque de Caxias.

33 Como mais uma atividade do Projeto MEHPE e no contexto de comemoração do aniversário do Instituto em 2012, o coral de alunos da 3ª série do curso Normal apresentou, sob a regência da professora Luzia Lima Seguro, a “Marcha do IEGRS” vestindo o “uniforme de gala”.

Embora tenha sido a primeira instituição escolar pública a oferecer o curso Normal em Duque de Caxias, foi a terceira a oferecê-lo. O Colégio Santo Antônio de iniciativa confessional e de origem alemã, fundado pelas freiras franciscanas de Dilligen em 1942, funcionando com o ensino primário, o propedêutico, a admissão e o ginásial, inaugura em 1954 o primeiro curso Normal no município. A segunda instituição foi o Colégio Duque de Caxias da esfera particular de ensino, que começou sua trajetória em 1943 com o curso primário, embora sua fundação seja reconhecida como 1945, ano em que passou a essa denominação.

Em 1964 já funcionado com o ginásial e o científico, inaugura o seu curso Normal. Mas a história dessas instituições educativas e de seus cursos de formação de professores são temas para outro capítulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONATO, Nailda Marinho da Costa (Nailda Marinho). O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso: uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, v. 18, n. 1-2 (jan./dez..2005). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRAZ, Antonio Augusto (2006). **Vidas em Transição: A Cidade e a Vida na cidade em Duque de Caxias (RJ) nas Décadas de 30, 40 e 50 do Século XX**. Vassouras-RJ: Universidade Severino Sombra. (Dissertação de Mestrado em História).

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ) - de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói-RJ, 2009.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporária: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. 3ª ed. [revista]. São Paulo: Ediotra UNESP, 2007.

DUQUE DE CAXIAS-RJ. **Decreto nº 4805, de 23 de dezembro de 2005**. Cria o Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense, e dá outras providências. Dque de Caxias - RJ, 2005.

DAVID, Fátima Bitencourt. Centro de Pesquisa, Memória e História da Educação da Cidade de Duque de Caxias e Baixada Fluminense – CEPEMHED. In. BONATO, Nailda Marinho da Costa, XAVIER, Libania (orgs.). **A história da educação no Rio de Janeiro: identidade locais, memória e patrimônio**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 69-80.

FERREIRA, Marieta de Moraes; GRYNSZPAN, Mário. A volta do filho pródigo ao lar paterno? A fusão do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.14, nº 28, p.74-100, 1994.

LACERDA, Stélio José da Silva. A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão). **Revista Pilares da História**. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano II - nº 03 - dezembro de 2003. p.9-27.

LOPES, Sonia de Castro. **Oficina de mestres: história, memória e silêncio sobre a Escola de Professores do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1939)**. Rio de Janeiro: DP&A; Faperj, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. DEL PRIORE, Mary (org.) e BASSANEZI, Carla (ccord. de textos). 8ª ed. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006, p.443-481.

MELO, Icléa de, LIMA, Hugo Moreira. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ): uma história. Várias lutas. **Revista Pilares da história – Duque de**

Caxias e Baixada Fluminense, ano 12, número 13, maio de 2013, pp.18-26.

PREVOT, Rejane, MARTINS, Celina Maria Frias Leal, BARROS, Denise Franca, COSTA, Alessandra de Sá Mello da. “A Trajetória histórica de Duque de Caxias e a constituição do espaço social a partir do advento da REDUC: paradoxos e contradições”. EnEO – VIII Encontro de Estudos Organizacionais da Anpad, ocorrido de 25 a 27 de maio de 2014, Gramado – RS. Disponível em http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEO/eneo_2014/2014_EnEO365.pdf

SCHUMAHER, Schuma, BRAZIL, Érico Vital. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SILVEIRA, Leandro Almeida da. Políticas locais e a produção de desigualdades territoriais: o exemplo dos bairros Jardim 25 de Agosto e Pilar no município de Duque de Caxias. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.8, n.18, ser./dez. 2014. pp.72-92.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes von. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**. São Paulo, nº 6, 2003. (Faculdades Integradas “Campos Salles”), p.14-18.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Memórias da emancipação e intervenção no município de Duque de Caxias nos anos 40 e 50. **Revista Pilares da História**. Textos sobre a História de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense. Ano II - nº 03 - dezembro de 2003. p.37-53.

XAVIER, Libânia Nacif (2008). Lugares de memória da educação e da escola no Brasil. BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza et al (orgs.) *Vozes da educação: memórias, histórias e formação de professores*. Petrópolis: DP et alii; Rio de Janeiro: Faperj, p. 167-183.

Submetido em:08/02/2017

Aprovado em: 23/04/2017